

Caminhos da Cultura Brasileira

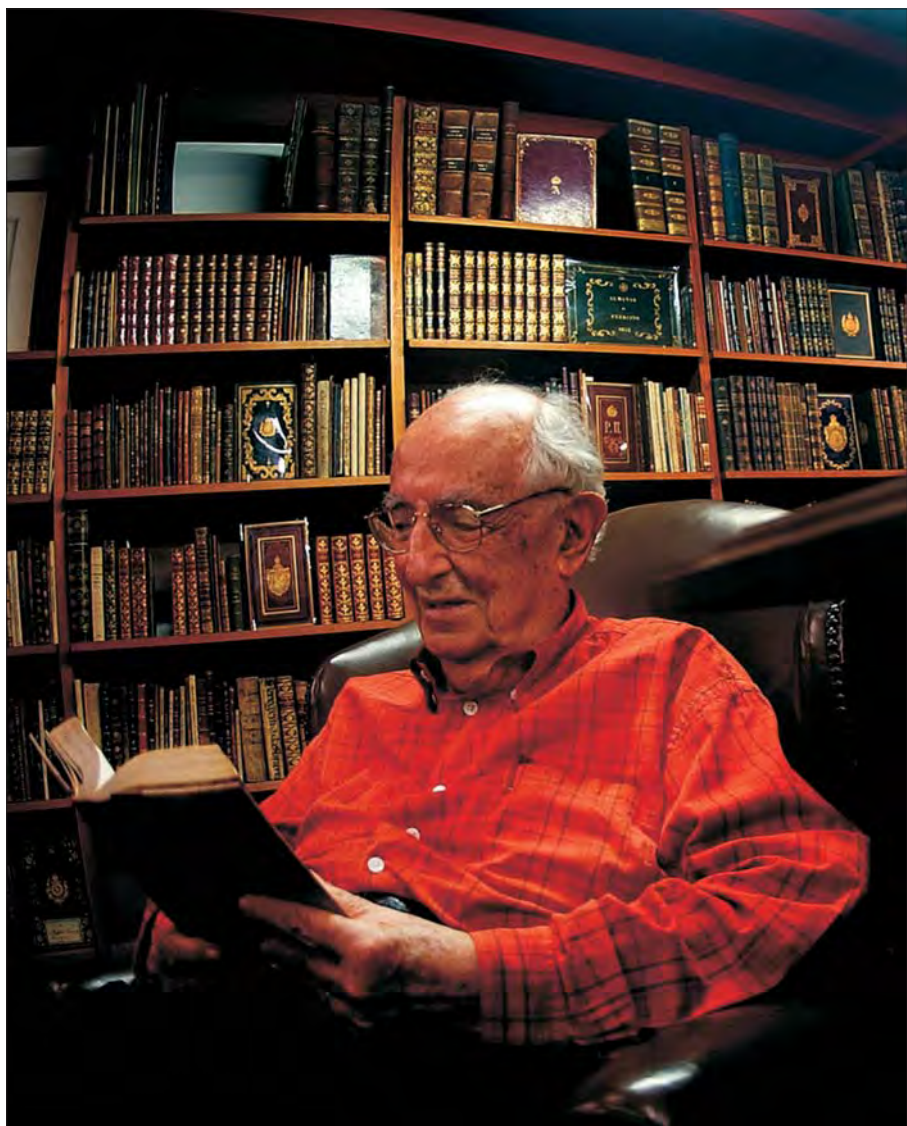
José Mindlin

.....

Não é fácil falar sobre um tema tão amplo como os caminhos da cultura brasileira, já tão abordado por vários especialistas ao longo dos tempos. Na verdade, trata-se de um assunto em que persistem muito mais indagações do que certezas. Tenho uma série de dúvidas, que vou expor logo mais, e que só aumentam a complicação. Vamos ver se consigo me desincumbir.

Minha formação cultural começou, como podem imaginar, bem antes de 1945 e pude sentir as mudanças de bem mais de meio século, com certeza mais profundamente do que grande parte das pessoas.

Não creio que seja preciso acen-
tuar como a televisão impressiona quem, na década de 1920, só ouvia rádio de galena, ou que impacto teve quem assistiu ao começo do cinema falado, ou a música contemporânea para quem ouviu as primeiras apresentações de Villa-Lobos, num momen-



to em que boa parte da platéia não aceitava a idéia de que “aquilo” fosse música! Em literatura, então, nem se fala! Na Semana de Arte Moderna eu ainda era criança, mas quando saiu a *Revista de Antropofagia e Macunaíma*, já tinha começado a ser um lei-

tor inveterado, e me lembro muito bem do choque que essas novidades provocaram.

Em matéria de política, ter vivido o Estado Novo, e participado de esforços para sua derrubada, ou ter tido, nas décadas de 1930 e 1940, contato direto com as migrações provocadas pelo nazifascismo, e acompanhado a Segunda Guerra, assim como ter vivido o período militar, faz com que a simples referência a esses fatos torne muito vivas, lembranças que pareciam meio apagadas.

Assistir às aulas de Levi-Strauss, Braudel ou Roger Bastide e acompanhar a fundação e a evolução da USP são coisas que dão grande relevo à análise do que aconteceu no ensino desde aquela época.

Houve uma infinidade de mudanças na vida brasileira. O País se desenvolveu enormemente, de modo especial no campo econômico, mas os problemas sociais se agravaram muito e o Brasil, de 1945 para hoje, tem uma complexidade incomparavelmente maior do que a de minha mocidade.

Ter, pois, os olhos abertos para a vida, desde o final da década de 1920 até agora, é um privilégio.

Mas vamos à busca dos caminhos. Para começo de conversa, e início das indagações, não vejo bem como falar especificamente da cultura brasileira, ao invés de falarmos pura e simplesmente de cultura em geral ou, se preferirem, de desenvolvimento cultural brasileiro. As dúvidas, de que falei no início, se referem, principalmente, ao conceito de cultura. Corre-se o risco de incorrer numa abrangência um tanto exagerada, perfeitamente defensável, mas, do meu ponto de vista pessoal, neste momento preferiria estabelecer certos limites, até mesmo para vermos com possível clareza aquilo de que estamos tratando, quando se fala de procurar caminhos.

Tradicionalmente, ligou-se o conceito de cultura à educação, mas isto parece que deixou de ser

uma verdade indiscutível, tanto assim que a Cultura deixou de fazer parte do Ministério da Educação. Mas isto seria apenas um aspecto formal, o que me preocupa no momento é o conceito. É verdade que a forma e o conceito, de certo modo, se confundem, porque ao falarmos de caminhos da cultura, ou dos descaminhos, o que estamos buscando é a definição do papel do Estado neste assunto e da sociedade como um todo, ou melhor dito, do Governo e do setor privado, tanto na educação, como em nosso desenvolvimento cultural.

A propósito de uma definição mais ampla ou mais restrita de cultura, senti, aliás, pessoalmente o problema quando, há quase 30 anos, fui convidado para ser Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia de São Paulo, na secretaria que o novo Governo pretendia criar. Cultura, na ocasião, tinha o sentido convencional de preocupação com as artes e as ciências humanas, e procurei mostrar que não se podia confundir com a Ciência e a Tecnologia. Parecia-me desaconselhável a unificação desses campos. O argumento em contrário foi de que tudo era cultura, o que justificaria o projeto. Acabei aceitando o convite por outros motivos. Continuava a achar, no entanto, que, embora filosoficamente tudo pudesse ser considerado cultura, na prática tratavam-se de dois campos diversos, cada um com missões e primadonas diferentes. Por um período consegui conviver com esses dois mundos, mas o próprio tempo comprovou que a identificação não se justificava, tanto que a Secretaria acabou por se desdobrar em duas.

É verdade que hoje tenho dúvidas que na ocasião não tinha, pois atualmente a tecnologia, e por tabela a ciência, tendem a permear, para o bem e para o mal, todos os campos da vida humana, e disso a cultura também não escapa. A informática vem mudando as formas de criação e comunicação, e as

inovações tecnológicas vêm ocorrendo em ritmo tão acelerado, que se torna imprevisível o que teremos que enfrentar, até mesmo nos próximos anos. De modo que acabamos tendo de reconhecer que ainda vamos conviver com uma boa dose de confusão.

O que se discutia naquela ocasião, no entanto, era a cultura em sentido restrito. O que hoje eu gostaria de imaginar, ao falar sobre caminhos para a cultura brasileira, é a cultura no seu sentido mais amplo, de compreensão do mundo em que vivemos, para que possamos estendê-la a um maior número de pessoas, uma vez que ainda é um privilégio de camadas muito restritas. Além disso, tenho dúvidas em falar de cultura brasileira, e não de cultura em geral. Preferiria, aliás, que pensássemos mais em desenvolver cultura no Brasil, do que do Brasil.

Reconheço, entretanto, que, se insistir neste conceito mais amplo, corro o risco de entrar no terreno da utopia, de modo que vou me limitar a sugerir caminhos que tanto podem se aplicar à educação, como à cultura no seu sentido convencional.

Se considerarmos que a educação é o meio de se adquirir conhecimento, e a cultura aquilo que, a par da educação, ou como seu complemento, nos oferece, além do conhecimento, a possibilidade de uma visão do mundo, teremos um princípio de diferenciação, mesmo que o assunto continue um tanto vago. Se essa distinção for admitida – e sou o primeiro a concordar que o problema não se resolve com isso – podemos imaginar que pode haver educação sem cultura, mas que é difícil chegar à cultura sem uma base educacional prévia.

Precisaríamos então falar um pouco de educação, antes de entrar no terreno da cultura. Dizer que a educação no Brasil vai mal, especialmente se estivermos falando do ensino básico, mas não apenas dele, é falar do óbvio, mas a prática brasileira

mostra que não basta as coisas serem óbvias para serem adequadamente tratadas. O programa de alfabetização e de incentivo à leitura, que parecia estar adquirindo consistência, volta a preocupar por sua redução de verbas; o primeiro e o segundo graus estão longe de serem satisfatórios, mesmo nos grandes centros – o que dizer, então, no País como um todo? Ora, é difícil chegar à cultura sem uma base educacional prévia e sem que se crie o hábito e o prazer da leitura; o aperfeiçoamento do ensino, a reciclagem dos professores e a valorização moral e material da carreira de professor são caminhos que devem ser obrigatoriamente percorridos para o nosso desenvolvimento cultural.

Como aprofundar o conhecimento e a ação nas artes e nas ciências em geral? Quem deve fazer isso? Vou tentar uma resposta, mas aqui também – tenham paciência – ainda preciso fazer algumas considerações prévias. Ao falar em caminhos da cultura brasileira, não creio que se possa pensar apenas no presente e no futuro, ignorando o passado, pois temos no Brasil um precioso legado cultural, que deve ser preservado. E não é fácil predeterminar caminhos, pois o desenvolvimento cultural é um processo em permanente mutação, e quaisquer que sejam os caminhos escolhidos, devem se ajustar a essa evolução. É verdade que também podemos provocá-la. Creio, aliás, que não só podemos, como devemos fazer isso.

Vejo no campo cultural três vertentes fundamentais: idéias, recursos e ações. Não adianta muito buscar, e mesmo obter recursos, sem que se tenha idéia de como aplicá-los adequadamente. E menos ainda se pode pensar em ações, antes de definir idéias e assegurar os recursos. Para mim sempre foi essencial, em qualquer situação, planejar o desejável, e só depois disso ver o que é possível. No caso brasileiro, o que podemos fazer, portanto, é analisar o

que existe no campo cultural, detectar as falhas, tentar corrigi-las e encontrar fórmulas de ação.

Ora, o que está sendo feito nesse campo é muito pouco, não só em relação ao que seria desejável, como também ao possível. Tradicionalmente, quando falamos em desenvolvimento cultural, quase instintivamente pensamos no Estado – o grande responsável é sempre o Governo, tanto no plano federal, como no estadual ou municipal. Vamos ver logo mais que este é o engano básico, do qual decorrem os descaminhos existentes. Vale a pena um rápido exame do que acontece.

O Ministério da Cultura foi criado em substituição à Secretaria de Cultura do MEC, o que me pareceu um equívoco, ou pelo menos uma medida de baixa prioridade, uma vez que seria uma esperança vã pensar que do Ministério iria resultar maior desenvolvimento cultural, quando, na realidade, o que deveria ser feito, seria desenvolver, no próprio MEC, a cultura a tal ponto, que fosse imperativa a criação de um ministério específico, justificando-se, então, o custo que uma nova estrutura iria acarretar. Como, no entanto, o Ministério foi criado de forma aparentemente irreversível, não há muito sentido em discutir a decisão e o que nos cabe agora é conseguir que funcione da melhor forma possível. De certo modo, o mesmo se aplica às Secretarias de Cultura estaduais e municipais.

Em matéria de desempenho histórico do Ministério da Cultura, o mínimo que se pode dizer é que ele ainda não se caracteriza por uma grande eficiência, mas esperamos que a situação se modifique, como parece estar acontecendo. Vamos pois procurar caminhos, sem ficar nos lamuriando pelos descaminhos, que não faltaram e que ainda existem.

Já indiquei dois caminhos: o estímulo à leitura e a melhoria do ensino básico, acompanhados da

melhoria na situação dos professores. Estes não apenas são mal-remunerados, como se vêem obrigados, em muitos casos, a ensinar em duas e até três escolas, o que, obviamente, não lhes facilita a leitura e, com isso, torna difícil que transmitam o gosto. Também ainda a leitura aparece, em boa parte das escolas, como uma obrigação, o que me parece a forma menos eficaz para se criar o hábito. Sempre defendi a idéia de que a leitura deve ser apresentada como fonte de prazer. Há ainda outro meio de induzir as crianças a ler, que é a de proibir a leitura de certos livros. Quando isso acontece, pode-se ter a certeza de que, no dia seguinte, estarão lendo esses livros às escondidas. É uma forma enviesada, mas que também funciona...

A clássica alegação para explicar o fraco desempenho da cultura, sempre tem sido a falta de recursos alocados pelo Estado. Culpar o Estado é uma posição cômoda, e criticar sua ação, ou inação, é coisa muito fácil. Mas a crítica é procedente apenas em parte, pois se baseia na idéia errada, que há pouco mencionei, de que o responsável pelo desenvolvimento cultural é o Estado, e apenas o Estado, o que não se justifica. Cultura é, sem dúvida, uma das atribuições do Estado, mas certamente não apenas sua, pois a responsabilidade pelo desenvolvimento cultural cabe a todos nós, é uma responsabilidade da sociedade como um todo – governo e setor privado.

Admitida essa premissa, creio que começamos a encontrar um caminho viável em meio à confusão reinante no emaranhado que o campo cultural apresenta. Esse emaranhado decorre, a meu ver, da falta de uma adequada definição do que cabe ao Estado, e do que deve ser responsabilidade do setor privado. Talvez seja mais correto falar numa adequada divisão do trabalho, já que disse, há pou-

co, que a responsabilidade é de todos nós. Vamos tentar seguir por esse caminho.

Uma primeira divisão mais ampla, seria dividir a cultura em dois campos: de um lado a conservação do que existe, e, de outro, a ação cultural presente e futura. Com todas as ressalvas que qualquer generalização exige, diria que ao Estado cabe a preservação de nosso patrimônio histórico e cultural, a conservação das instituições existentes – como, por exemplo, museus, bibliotecas, arquivos ou orquestras – e a criação de condições para que a ação cultural seja exercida pelo setor privado, e fique fora da esfera e do controle governamental, mesmo que receba seu apoio. Teríamos um Estado conservacionista e indutor de cultura, e um setor privado com a incumbência da ação cultural. É claro que estou simplificando um esquema complexo, para facilitar uma reflexão a respeito, mas não vou ao extremo de imaginar que seja possível uma distinção rígida de funções, direitos ou deveres. Na prática, sempre haverá estreito relacionamento entre governo e setor privado, uma evidente e necessária parceria. Poder-se-ia dizer que uma parceria já existe, uma vez que os recursos do Estado vêm dos impostos, mas com isso não chegaríamos a qualquer resultado no encaminhamento dos problemas atualmente existentes. Os impostos se destinam a uma multiplicidade de aplicações, nas quais a cultura se insere, mas numa proporção muito pequena, e aliás em si mesma muito menor do que seria necessário. O importante é encontrar fórmulas para viabilizar o desenvolvimento cultural, sem impedir ou dificultar em excesso o exercício das outras atribuições fundamentais do Estado. Continuemos, portanto, na busca dos caminhos.

Não temos que nos restringir a investigar o que deve ser feito, e sim descobrir como fazê-lo, e com que instrumentos. Creio que alguns lembretes

não são inteiramente fora de propósito. Temos de pensar em levar a idéia de cultura ao País inteiro, e não apenas cultivá-la nas capitais ou nas principais cidades do interior. Temos que assegurar uma alfabetização efetiva, que insira o alfabetizado no mundo dos letrados, e não apenas o leve a assinar o nome e juntar sílabas. Temos que pensar em ações que criem raízes, e não apenas em eventos, que são importantes, mas, em geral, efêmeros. Temos que promover o surgimento de novos valores e talentos, em todos os campos da cultura. O setor privado deve ligar-se às universidades, numa ação cultural conjunta. Repito, com risco de certa monotonia, o que venho falando há muito tempo: o Brasil exige um grande mutirão.

Parece-me evidente, desde logo, que os usuários das atividades culturais devam participar de seus custos, ou seja, contribuir financeiramente, na proporção de suas possibilidades, tanto individualmente, como através de empresas, ou de entidades formadas com esse objetivo.

O papel das empresas é relevante. Tenho dito sempre que a empresa não é um objetivo em si mesma. Vejo-a como instrumento de desenvolvimento social, e tem por isso responsabilidades que vão além de seu bom funcionamento. Entre estas responsabilidades, incluo o apoio à cultura, à educação e à solução dos problemas sociais da coletividade. Incentivos para isso justificam-se, a meu ver, mas como forma de se detonar um esquema de participação, e não como paternalismo do Estado. O caminho correto é o de se criar, na sociedade em geral, uma nova mentalidade, consciente da importância do desenvolvimento cultural, que não constitui apenas um direito, mas também acarreta deveres.

Exigir que o Estado financie integralmente esse desenvolvimento, seja através de alocação espe-

cífica de recursos, ou de permanente concessão de incentivos, sem que haja, da parte do setor privado, um esforço correspondente, é o que explica, creio eu, a perpetuação das dificuldades com que lutam os artistas e as instituições culturais que, para a concretização de seus projetos ou idéias, enfrentam, de modo geral, tanto a burocracia e a falta de recursos da parte do Estado, como a indiferença de grande parcela do setor privado.

Não sejamos, no entanto, excessivamente críticos, pois muita coisa já vem sendo feita pelo setor privado. Nos últimos anos centenas de ONGs surgiram no Brasil, realizando trabalhos importantes na área social. Grande parte das idéias, que expus acima, vem ganhando terreno no setor privado; cresce a consciência da responsabilidade social das empresas, passando a ser um diferencial importante em sua imagem. Só que, a meu ver, resta ainda muito a ser feito.

Em última análise, parece-me que o caminho de um bom desenvolvimento cultural concentra-se, depois das idéias, na existência e na boa distribuição de recursos. Pessoalmente, como já afirmei, acho que as idéias são um fator fundamental, mas sou forçado a reconhecer que os recursos são indispensáveis, e vou por isso encerrar este artigo, com uma sugestão concreta, sobre a qual venho refletindo e insistindo há muitos anos.

Minha idéia, na verdade meu velho sonho, é a criação de uma entidade de apoio à cultura, nos

moldes da Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que recebesse do Estado uma parcela fixa da arrecadação fiscal, e que também fosse administrada com a participação, mas sem controle do Governo, por um Conselho de Especialistas dos vários campos culturais. O Estado deixaria de apoiar projetos específicos, e as verbas orçamentárias anuais destinaram-se-iam, unicamente, à conservação do Patrimônio e à cobertura das necessidades de manutenção das instituições públicas existentes. A Fundação de Apoio à Cultura é que financiaria projetos, como faz a Fapesp e, de preferência, tendo como condição uma contrapartida variável, como fazem nos Estados Unidos o National Endowment for the Arts ou o National Endowment for the Humanities, e como tem procurado fazer a Vitae no Brasil.

Não se trata de um esquema simples, sou o primeiro a reconhecer, e seria ainda mais complexo se pensássemos desde logo numa fundação de âmbito federal, embora este fosse o ideal. Mas poderíamos começar por uma Fundação dessa natureza no âmbito municipal, como uma espécie de plano-piloto, que depois servisse de exemplo para um projeto mais amplo. Seria, certamente, mais prudente.

De todo modo, o fato de um projeto ser complexo não é razão para ser rejeitado *a priori*. Afinal de contas, raros são os problemas para os quais não existe solução. E eu, sinceramente, espero que este não seja um deles.

José Ephem Mindlin – Nasceu em São Paulo em 8 de setembro de 1914. Formou-se em Direito em 1936, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi redator do *O Estado de São Paulo*, de 1930 a 1934. Advogou até 1954, quando foi um dos fundadores da Metal Leve S/A.

Teve nos livros um interesse central de vida, iniciando em 1927, aos 13 anos, a formação de sua biblioteca, hoje com cerca de 35 mil títulos, dos quais boa parte se compõe de obras raras. Recebeu o título de Professor Honorário da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Recebeu também os títulos de Doutor Honoris Causa em Letras da Brown University, de Providence, R.I., nos Estados Unidos, da Universidade de Brasília, e da Universidade da Bahia.

É o autor de *Uma vida entre livros – Reencontros com o tempo*. Lançou em 1998 o cd *O Prazer da Poesia*. Foi eleito para a Academia Paulista de Letras em 1999, e recebeu o Prêmio Juca Pato como Intelectual do Ano de 1998. Tem recebido numerosos e variados prêmios e condecorações, no Brasil e no exterior, destacando-se em 2003 o Prêmio Unesco Categoria Cultura e a Medalha do Conhecimento concedida pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com apoio do CNI e Sebrae Nacional, além do Prêmio João Ribeiro da Academia Brasileira de Letras.